



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER
Procuradoria Autárquica - DER-PROJUR

Parecer nº 1514/2021/DER-PROJUR

PARECER N. 1514/2021/LIC/PROJUR/DER-RO

Concorrência Pública nº 010/2021/CPLO/SUPEL/RO

Interessado: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

Processo Administrativo nº. 0009.231417/2021-75/DER/RO

Objeto: Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-370, trecho: Entrº RO-485/RO-489 (Corumbiara) - Parecis, Subtrecho: Distrito de Vitória da União - Entr. RO-391 (Trevo da Pedra), segmento: Estaca 0+0,0000 - Estaca 1000 + 0,0000), Lote 03 (de um total de 05 Lotes) com extensão de 20,0 Km; Construção de ponte de Concreto Pré-Moldado Protendido sobre Rio Omerê (Ext. 50,0m X Largura 8,80m), Construção de ponte de Concreto Pré-Moldado Protendido sobre Rio Cabreúva (Ext. 30,0m X Largura 8,80m), no município de Corumbiara/RO.

Assunto: Análise e Parecer da Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (Id. 0022037891)

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo Interposto pela licitante Andrade Construções, Terraplenagem e Pavimentação Ltda. Tempestividade. Conhecimento. Ata de Julgamento. Mérito. Improcedente.

1. **RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto acerca do processo licitatório concorrência pública n. 010/2021/CPLO/SUPEL/RO, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado à quente – CBUQ, drenagem e sinalização rodoviária, na rodovia RO-370, trecho: Entrº RO-485/RO-489 (Corumbiara) - Parecis, subtrecho: Distrito de Vitória da União - Entr. RO-391 (Trevo da Pedra), segmento: estaca 0+0,0000 - estaca 1000 + 0,0000), lote 03 (de um total de 05 lotes) com extensão de 20,0 Km; construção de ponte de concreto pré-moldado protendido sobre Rio Omerê (Ext. 50,0m X Largura 8,80m), construção de ponte de concreto pré-moldado protendido sobre rio Cabreúva (Ext. 30,0m X Largura 8,80m), no município de Corumbiara/RO.

Inicialmente, observo que os autos receberam a devida análise quanto ao cumprimento do devido processo legal e da garantia do contraditório e da ampla defesa. Haja vista se tratar de processo licitatório concorrência pública, que o procedimento observa as regras especiais na Lei n.º 8.666, 17 de julho de 1993.

No prazo legal, a licitante **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** interpôs recurso administrativo (id. 0021503811), e em seguida a empresa **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**, apresentou contrarrazões (id. 0021727629).

Após a apresentação do recurso e devidas contrarrazões os autos foram encaminhados ao setor técnico do DER para análise (id. 0021808370).

O setor técnico através do Despacho de id 0021851578 apresentou manifestação quanto ao recurso interposto.

Por fim a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL deliberou na Ata de Julgamento de Recurso Administrativo (ID 0022037891). Após a própria comissão encaminhou os autos a esta Procuradoria para análise e manifestação acerca da sua decisão que inabilitou a empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e manteve **habilitada** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**

É sucinto o relatório.

2. **ADMISSIBILIDADE**

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse recursal, conforme comprovam os documentos acostados aos autos, merecendo conhecimento.

3. **DA INTENÇÃO E DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA (ID. 0021503811)**

A empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES**, interpôs recurso administrativo (id. 0021503811) tempestivamente requerendo a Comissão de Licitação a revisão da decisão que à inabilitou, sobe o argumento de que a empresa apresentou em sua documentação de habilitação, qualificação técnica suficiente a ser considerada apta a execução do presente escopo, bem como, qualificação operacional suficiente a ser considerada habilitada.

Aduz que comprovou a qualificação técnica operacional para o item a ser executado, qual seja, ponte de concreto protendido através de seu responsável técnico Cleyton Silva Ferreira.

Suscita que a empresa executou serviços de OEA, tais como execução de BTCC de diversas dimensões, devendo os mesmos serem considerados como serviços de características semelhantes.

Menciona que o instrumento convocatório solicita a apresentação de 1.445,00 metros de comprovação de defesa semi-maleável simples, sendo que a empresa apresentou o quantitativo de 1.297,00 metros, cuja diferença é irrisória, visto que, quem faz 1200,00 metros obviamente faz 1.445,00 metros, pois tanto os equipamentos e mão de obra empregados para a execução de ambos os quantitativos são os mesmos, não podendo falar em não atendimento do presente edital.

Quanto ao item compactação de aterros a 100% do proctor intermediário, a postulante informa que a empresa atendeu ao presente requisito, visto que apresentou atestados de capacidade técnica que comprova a execução de serviços semelhantes.

Alega que o serviço comprovado pela documentação ora apresentada, ou seja, ensaio modificado de Proctor ou AASHTO modificado supre as exigências do edital. Que nesta nova modalidade de ensaio, embora a amostra seja compactada no mesmo molde, isto é feito, no entanto, em cinco camadas, sob a ação de 25 golpes de um peso de 4,5 kg, caindo de 45 cm de altura. A energia específica de compactação é, para este ensaio, da ordem de 25 kg x cm/cm³.

Ademais, expõe a recorrente que a empresa demonstrou sua capacidade do volume dos serviços requeridos no edital com a comprovação *de execução dos volumes de sub-base e base, que compreende em serviços idênticos ou até mesmo de característica superior que o exigido em edital, como, o Proctor Modificado que tem o grau de energia superior ao do intermediário, sendo assim, um aumento da massa específica aparente que implica também em uma melhoria da impermeabilidade do solo compactado, o que, em última análise, é fator de maior estabilidade*

Ao final, requereu conhecimento e provimento do presente Recurso, a fim de que seja dado totalmente procedente ao pedido da empresa, reformando a r. decisão emanada na ata de julgamento de habilitação, declarando a licitante ora recorrente como habilitada na licitação.

4. DAS CONTRARRAZÕES INTERPOSTAS PELA LICITANTE CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A (ID. 0021727629).

A empresa **CASTILHO ENGENHARIA** apresentou tempestivamente suas contrarrazões, alegando que as razões trazidas no recurso pela empresa recorrente não merecem prosperar, apresentando um fundamento totalmente equivocado.

Suscita também que o raciocínio utilizado pela recorrente não se amolda com a exigência editalícia e sequer com a legislação que rege o presente certame.

Alega que a empresa tenta de forma equivocada sustentar que a capacidade técnica operacional da empresa se encontra preenchida ao apresentar a qualificação técnica profissional, e não operacional.

Colaciona jurisprudência a fundamentar seu entendimento.

Além disso, menciona que a tese da empresa recorrente em sustentar que “executou serviços de OAE, tais como execução de BTCC de diversas dimensões, devendo os mesmos serem considerados como serviços de características semelhantes” não merece prosperar.

Menciona que a execução de BTCC é um serviço de OAC e não de OAE, sendo serviços consideravelmente distintos, donde a execução de um não supre a execução e o cumprimento de outro, razão pela qual a comissão agiu corretamente pelo descumprimento deste item pela recorrente.

Por fim, argumenta que a recorrente ao mencionar que comprovou tão somente quantitativo de 1.297,00m, quando, em verdade, deveria comprovar 1.445,00m, já reconhece que não cumpre com o requisito exigido em edital. Que a diferença irrisória dos quantitativos alegados pela empresa recorrente jamais pode ser levada em consideração, e se há esta exigência em edital, a Licitante não possui a liberalidade de entender que um quantitativo menor suprirá o que foi exigido em norma editalícia.

Ao final requer que seja integralmente desprovido o recurso.

5. DO ENTENDIMENTO DA ÁREA TÉCNICA (ID. 0021851578)

A SUPEL a fim de subsidiar sua decisão encaminhou os autos a este Departamento para manifestação técnica quanto as alegações apresentadas pela empresa recorrente e recorrida (id. 0021808370).

O Setor técnico desta Autarquia exarou o DESPACHO/DER-NUPROJVIARIO (id. 0021851578), se manifestando da seguinte forma:

Com relação a comprovação de qualificação técnica operacional para o item **Execução de ponte em concreto protendido**, o entendimento é de que não há fundamento para se aceitar a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, respaldado na Jurisprudência. Através do Acórdão 2208/2016-Plenário, foi defendido que a capacitação técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) da empresa não se confunde com a capacitação do profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira abrange também as instalações, o aparelhamento, as metodologias de trabalho e os processos internos de controle de qualidade, entre outros aspectos. A unidade instrutiva considerou que, nesse contexto, não há garantia de que o simples fato de a empresa contar com o profissional irá resultar na execução satisfatória do serviço, já que outros fatores são necessários para a adequada prestação.

Considerando o questionamento da empresa ressaltando que executou serviços de OAE, tais como execução de BTCC de diversas dimensões, devendo os mesmos serem considerados como serviços de características semelhantes. De acordo com a Lei 8.666/1993, § 3º será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. No caso levantado pela licitante, as características técnicas do item em questão são inferiores se comparadas com a construção de uma ponte Concreto Pré-Moldado Protendido, sendo improcedente o pleito, vez que Bueiros e Galerias são Obras de Arte Corrente e não Obras de Arte Especiais.

No que tange ao item de **defensa semi-maleável simples**, a justificativa da empresa para reconsideração da exigência não é plausível tendo em vista que o mínimo de quantitativo estipulado em edital deve ser atendido, independentemente da complexidade do objeto. A conclusão jurisprudencial também perfaz neste sentido:

“SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Entendimento semelhante foi consolidado na Súmula 24 do TCE/SP:

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID. 0021316163), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

6. DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (ID. 0022037891)

A Comissão, através da **ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO (ID 0022037891)**, decidiu pautada nas informações relatadas no Recurso, Contrarrazões, Parecer Técnico,

em não dar provimento ao recurso apresentado pela empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e dar provimento as contrarrazões apresentada pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**. Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 13.09.2021, mantendo **INABILITADA** a empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **HABILITADA** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** no presente certame.

7. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL.

Preliminarmente, o recurso interposto e respectivas contrarrazões foi apresentado pela licitante acima nominada respeitando o prazo previsto em lei (art. 109, inciso I, alínea "b", e §3º, da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993) e recebidos pela Comissão de Licitações, sendo, posteriormente, encaminhado para análise e parecer técnico e jurídico acerca dos Recursos Administrativos, razão pela qual passa-se à análise de seu mérito.

Em proêmio, embora cediço, é pertinente ressaltar que o parecer jurídico é dotado de caráter consultivo, e não vincula o consulente ou a autoridade competente, não se constituindo, portanto, como ato administrativo, representando apenas uma manifestação opinativa, que pode ser agregada como elemento de fundamentação ao ulterior ato administrativo.

Nesse sentido, se faz necessário ressaltar que toda e qualquer licitação destina-se precipuamente a busca da proposta mais vantajosa e a isonomia entre seus participantes, devidamente esculpida nos termos do artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, vejamos: *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de forma incontestada, trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

A Constituição Federal Brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita ainda a Constituição a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Vale destacar que a Administração prezou pelo zelo administrativo, prevalecendo o interesse público, concedendo oportunidade para recorrente e recorrida, tornando o processo cristalino com respeito as normas de regência.

Pois bem, *in casu*, a licitante recorrente sustenta que a qualificação técnica operacional da empresa para o item a ser executado fora preenchido pelo seu responsável técnico Cleyton Silva Ferreira.

Inicialmente urge mencionar que a qualificação técnica divide-se em capacidade técnica-operacional, que estaria relacionada à aptidão da empresa, e a capacidade técnico-profissional, que estaria relacionada à aptidão dos profissionais que participam do quadro da empresa.

Conforme já mencionado pelo TCU *“a qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do*

desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidades de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado” (Vide Acórdão n. 1.332/2006, do Plenário do TCU).

No entanto, diante da diferenciação de qualificação técnico-operacional (atributos da empresa) da capacidade técnico-profissional (atributos do profissional) uma não serve para ser utilizada em detrimento da outra.

O egrégio Tribunal de Contas da União, possui entendimento uníssono em não se admitir a transferência de acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica para fins de comprovação da qualificação técnica em licitações públicas. Vejamos:

Não se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, pra fins de comprovação de qualificação técnica em licitações públicas, pois a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/93) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93), uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa. Acórdão 927/2021-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES. (grifamos)

Não se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica em licitações públicas, pois a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/93) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93) uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa. Acórdão 2208/2016-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN. (sem alteração do original)

Para fins de habilitação técnico-operacional em certames visando à contratação de obras e serviços de engenharia, **devem ser exigidos atestados emitidos em nome da licitante**, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/restrições de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes. Acórdão 2326/2019-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER. (grifo nosso).

Em consonância com o entendimento acima o corpo técnico se manifestou pela não aceitação da transferência de acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, cuja manifestação substanciou a decisão da comissão julgadora, a qual não acolheu a manifestação da empresa recorrente.

No que tange a este ponto, não vejo necessidade de reforma da decisão preferida pela comissão julgadora, visto que, de fato, o acervo técnico da pessoa física não serve para comprovar a qualificação técnica da pessoa jurídica.

Em relação a alegação da empresa de que tenha executado serviços de OEA, tais como execução de BTCC de diversas dimensões, devendo os mesmos serem considerados como serviços de características semelhantes, não coaduna com tal entendimento.

A lei 8.666/93 prevê em seu artigo 30, § 3º, que será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Baseado na previsão legal é admitido atestado de capacidade técnica de obras ou serviços similares cuja complexidade seja superior ou equivalente. No caso, não fora preenchido o requisito delineado no artigo supramencionado, conforme aponta a análise técnica (id. 0021851578), a qual menciona que as características técnicas do item em questão são inferiores se comparadas com a construção de uma ponte de concreto Pré-Moldado Protendido.

A jurisprudência do TCU admite atestado similar desde que seja de características equivalente ou superior. In verbis:

É possível a comprovação de aptidão técnica por atestado de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Acórdão 2898/2012-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE. (grifamos)

Baseado no acima exposto, e consubstanciado na manifestação técnica, não vislumbro quanto a este ponto irregularidade que possa na influir na decisão da comissão julgadora.

Quanto alegação da empresa recorrente no que pertine ao quantitativo necessário de defensas metálicas semi-maleável simples a comprovar sua aptidão, vale mencionar o que prevê o item 15.3, alínea “d” do Edital.

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa, **compatíveis com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a 50% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto, a seguir relacionados:** (CONFORME ITEM 8.5.1. alínea a) DO TERMO DE REFERÊNCIA).

Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui portanto, extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; (Grifos acrescidos).

De maneira igual, a exigência editalícia contida na cláusula 15.3 alínea “d” busca evitar em verdade que os serviços sejam prestados por empresas que não detenham em seu ato constitutivo, atividades que não sejam compatíveis com o objeto da licitação, a fim de assegurar a operacionalidade técnica da empresa que irá prestar os serviços.

No caso, pode perceber que a empresa recorrente não conseguiu comprovar o quantitativo mínimo necessário referente ao item defensas semi-maleável simples a ser declarada apta a concorrer ao objeto, ou seja, deveria apresentar o quantitativo mínimo de 1.445,00m, sendo que apresentou o quantitativo de 1.297,00m.

De igual modo e quanto ao item compactação de aterros 100% do proctor intermediário é possível vislumbrar, também, que a empresa recorrente não atendeu ao quantitativo necessário, conforme se verifica pelos atestados aportados.

Quanto ao quantitativo, assim se posiciona a jurisprudência:

SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

É legal, para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior, compatíveis com o objeto que se pretende contratar. Acórdão 3070/2013-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE.

Assim, e ante a ausência de comprovação do quantitativo mínimo necessário, a decisão toma da pela comissão fora correta.

8. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria, sob o viés jurídico que lhe compete, opina pelo conhecimento e desprovemento do recurso interposto, para o fim de manter-se incólume a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, que julgou por manter **INABILITADA** a empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA e HABILITADA** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**; dando-se prosseguimento ao procedimento licitatório em seus ulteriores termos.

É importante destacar que o presente opinativo não vincula a decisão superior acerca do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e posterior decisão. Desta maneira, submetemos a presente decisão à autoridade competente para apreciação e posterior ratificação.

Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Henrique Flávio Barbosa

Procurador Autárquico do DER-RO

De acordo com o parecer

Elias Rezende de Oliveira
Diretor Geral do DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Flavio Barbosa, Procurador(a)**, em 30/11/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Diretor(a)**, em 02/12/2021, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022434256** e o código CRC **02650E52**.
